



ATA Nº005/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COMTRAN. Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às dezoito horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos os conselheiros: Rodrigo Augusto Schmidt (Polícia Militar); Karine F. Winter (FUMTRAN); Gustavo Rauh Schroeder (OAB), Rodrigo Bessani (ACIBALC), Moisés Rossi (CDL) e Valdir de Andrade (CONSEG). Justificaram ausências Gelson Argenta (LIONS), Nivaldo Avila dos Santos (AMPE), Jorge Bertoldo (ROTARY), Eraldo Luiz de Carvalho Junior (OAB) e Antônio Gabriel Castanheira (Sec. Segurança). Como participantes estiveram Flávio Jacques do Nascimento (Sec. Segurança), Rogério Caetano (FUMTRAN) e Marcelo Araújo. Flávio Jacques inicia a reunião lendo itens da pauta: 1- Assinatura da ata anterior e 2- Proposição de minuta de Projeto de Lei para tentar melhor regulamentar a questão da fiscalização dos veículos autopropelidos. Em seguida, entrega aos conselheiros a proposta de minuta redigida pelo Dr. Valdir, resultado dos trabalhos da comissão formada por ele, Karine, Moisés e Gustavo. Karine sugere aguardar a chegada do conselheiro Dr. Valdir e do convidado Dr. Marcelo Araújo para iniciar apresentação. Moisés pergunta quais tipos de veículos que o termo 'autopropelido' abrange. A conselheira Karine explica que trouxe um material redigido com parecer feito do Ministério Público com várias observações em relação às características que se enquadram nas consideradas bicicletas elétricas com até 50 cilindradas. Ainda fica dúvida sobre o que são, perante a lei, autopropelidos e são discutidos algumas características. Karine faz a leitura de um parecer da Ementa 237 Cetran/SC sobre o assunto ciclomotores. O tenente Rodrigo cita a questão das bicicletas e diz que não há como fiscalizá-las e que existe preocupação sobre este assunto, pois as bicicletas dividem espaços com os pedestres na ciclofaixa. Ainda fala que apesar de toda a discussão, tudo envolve mobilidade urbana, mas são problemas distintos e com autopropelidos distintos. A especificação do que é dito autopropelido, ciclomotores entre outros, deve ser exata para que a fiscalização possa de fato, tornar-se viável. O conselheiro relata que a fiscalização da polícia militar nas bicicletas foi cessada por recomendação do Ministério Público e diz que o Município precisa regulamentar esta questão primeiro. Segundo o conselheiro, o problema da bicicleta é a divisão dos espaços em comum com os pedestres na ciclofaixa e que os maiores causadores de acidentes na mesma são os cicloelétricos. De Curitiba para esta reunião, chega Dr. Marcelo Araújo, especialista em trânsito. Dr. Marcelo presta consultoria para Consultram, empresa contratada para executar o Plano de Mobilidade Urbana. O convidado cumprimenta a todos, faz um breve relato de sua experiência profissional e inicia explicando que, o código de trânsito coloca poucas distinções entre todos os tipos de categorias, sendo elas motos, ciclomotor, autopropelido, skates, cadeira de rodas entre outros. Ele alerta sobre o que compete na legislação de trânsito ao Estado e ao Município. Ao município geralmente compete circulação de maneira geral. Ainda faz algumas observações sobre a redação da minuta. Dr. Valdir, fala que o Promotor Dr. Rosan, que também está estudando esta matéria, sugeriu ao COMTRAN a elaboração de uma Lei e não de um Decreto. Dr. Marcelo frisa que por Lei, atualmente, bicicletas não podem ser autuadas. Ainda diz que o importante seria poder chegar a um consenso sobre as definições de categorias. O conselheiro Moisés sugere focar na fiscalização sobre as bicicletas. Flávio Jacques fala sobre o conselho criar uma lei ou decreto



regulamentando procedimentos para fiscalização de bicicleta conforme a legislação e criar modelos de auto de apreensão para regulamentar os procedimentos cabíveis. Tenente Rodrigo diz que o Conselho deveria inicialmente pensar em como regulamentar a aplicação da penalidade, para depois pensar no ato da apreensão. Dr. Marcelo sugere alterar o termo apreensão pois o mesmo foi retirado do Código de Trânsito e aconselha substituir por ato de depoimento. Fica decidido que os conselheiros elaborarem, em um documento compartilhado, uma proposta de regulamentação municipal quanto ao procedimento para a realização da autuação de bicicletas; sobre procedimentos cabíveis em relação ao passeio; sobre procedimentos administrativos; com respostas à que tipo de auto de remoção deve ser elaborado, como será o modelo e quais informações adicionais são necessárias para a próxima reunião. Flávio Jacques encerra a discussão e passa para assuntos gerais. É por ele relatado que o prefeito assinou no dia desta reunião, o projeto de lei sobre a alteração de algumas cláusulas do COMTRAN e que agora será encaminhado para a Câmara de Vereadores. Ainda fala que o Executivo entendeu que o conselho deve permanecer com caráter consultivo e não deliberativo, conforme o proposto. Flávio Jacques pede para os conselheiros acompanharem junto a Câmara este processo para que posteriormente o Conselho consiga realizar novas eleições para compor a mesa diretora. Encerrado a reunião e nada mais havendo a tratar eu, Arine Texeira, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.

Arine Texeira

[Assinatura]

[Assinatura]

Georgina

[Assinatura]